

A dívida externa permanece sem solução

Decorridos oito anos de crise entre países ricos e pobres no tratamento da dívida externa, surge no cenário mundial uma abordagem diferenciada do problema.

Registra-se essa nova abordagem a partir do discurso feito na conferência do Bretton Woods Committee pelo secretário do Tesouro americano Nicholas Brady, saudado com otimismo generalizado não só pelos participantes da reunião como também por parte das autoridades econômicas dos países credores e devedores.

A nosso ver, embora a fala do secretário traga em si um avanço de posições, este ainda pode ser caracterizado como residual. Se hoje os Estados Unidos, através de porta-voz habilitado, consentem em discutir saídas para a crise que passam pela redução da dívida, volta ao mercado voluntário, relação entre pagamento e balança comercial, este avanço de intenções traz em si um passi-

vo extremamente oneroso para os países endividados.

Deve-se observar que, na realidade, o pronunciamento não apresenta nenhuma grande novidade. Todas as propostas elencadas, de uma forma ou de outra, já se fizeram presentes nesta ou naquela mesa de negociação e em todos os simpósios internacionais dos últimos anos.

Mais que isso, o alerta para a situação explosiva dos países devedores, garroteados em suas possibilidades de crescimento pelo peso dos encargos da dívida, foi por vezes sem conta analisado não só pelos homens de responsabilidade dos países devedores como também por instituições internacionais, além de ficar presente em pronunciamentos de autoridades americanas e européias.

O fato é que o pequeno passo dado, saudado com tanto otimismo, custou e continua a custar aos países em desenvolvimento remessas fantásticas de capitais pa-

ra os credores, que no caso do Brasil atingem, em média, 5% de seu PIB, situação que por muito menos levou a sociedade alemã às aventuras de 1930/40.

Quanto de realidade podemos esperar do Plano Brady? Servirá este novo plano, como serviu o Plano Baker, apenas como cortina de fumaça, para o governo americano, em sua necessidade de justificar-se perante a opinião pública mundial?

Para nós, o plano ainda é extremamente vago em vários de seus aspectos. Não aponta com clareza como e em quanto a dívida externa será reduzida, o mesmo acontecendo em relação aos juros, que seguramente constituem o maior peso de nossas contabilidades econômicas.

É verdade que o secretário, como outras autoridades presentes à reunião, voltou a falar no retorno do mercado voluntário, que, se não resolvido o problema da credibilidade dos títulos dos países endividados, passa quase

como uma gozação aos nossos ouvidos.

De certo modo, fica a necessidade de condicionalidades para os futuros países porventura agraciados com o novo plano. Reza, como primeira regra de suas normas, que só seriam incluídos aqueles países que estejam ajustando suas economias em programas aprovados pelo FMI e ou pelo Banco Mundial.

A experiência que possuímos em relação aos planos monitorados por essas instituições é de que eles não passam de garantias aos bancos credores.

Motivadas, talvez, pela crise política dos países endividados, as autoridades monetárias mundiais, através do secretário Brady, deram um custoso passo, que saudamos. Porém, ficam a dever à comunidade mundial, e em especial aos países devedores, propostas mais efetivas de solução para os problemas da dívida externa e financiamento das economias em desenvolvimento.